



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10936 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

AGENDA 2030: O FUNDO PÚBLICO PARA O CAPITAL

Patrícia de Souza - PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Eneida Oto Shiroma - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### **AGENDA 2030: O FUNDO PÚBLICO PARA O CAPITAL**

O presente resumo é fruto da pesquisa de mestrado de natureza documental, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, pois compreendemos a educação na totalidade do sistema capitalista de produção, no seio do qual a educação expressa e ao mesmo tempo oculta os elementos da prática social. O objetivo foi analisar as propostas internacionais para a educação básica pública com a Agenda 2030 da Unesco (2015), discutindo a crescente ingerência de organizações privadas como forma de valorizar o valor no espaço público. Identificamos a centralidade no papel do Estado na condução das políticas sociais no contexto de crise permanente do capital. O fundo público assume papel importante como um dos elementos para contra-arrestar a queda da taxa de lucro.

Algumas questões emergiam e careciam de respostas, tais como: qual a importância das contrarreformas operadas pelo Estado? Quem era beneficiado com elas? Quais as consequências? Como a educação pública favorece a acumulação capitalista? Qual a importância do fundo público? Quais as estratégias o Estado utiliza para que o interesse de uma classe apareça como universal? Qual a formação exigida para a futura força de trabalho em países de capitalismo dependente? Partimos da hipótese de que, no contexto da financeirização globalizada, a educação pública passa a ser mais um espaço de valorização do valor. Nesse sentido, são as reformas que permitem essa acumulação, particularmente as que avançam sobre o papel do Estado. No entanto, como o fenômeno se apresenta e, ao mesmo tempo, se esconde na aparência (KOSIK, 1976), foi necessário compreender a dinâmica contemporânea de acumulação capitalista, para melhor situar a educação na dialética das relações sociais, expressa no conjunto de recomendações da Agenda 2030.

Compreendemos que a crise do capital iniciada final dos anos de 1960 e início de 1970

alterou o padrão de acumulação na busca pela realização do valor na esfera da circulação com mercado de capitais, o que exigiu uma reconfiguração do Estado na condução das políticas sociais.

O processo de reorganização capitalista nos anos pós-guerra conduziu a novos padrões de sociabilidade, gestados, principalmente, nos marcos da sociedade civil, por meio da obtenção do consenso. Organismos Multilaterais (OM) como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm sido decisivos para a consolidação do consenso desde a configuração político-econômica keynesiana, ligada ao projeto neoliberal. Assim, “Esses organismos receberam a missão de mundializar a financeirização através do movimento de integração subordinada dos países periféricos aos Estados Unidos e seus colaboradores mais próximos” (MARTINS, 2009, p. 56).

O fundo público no contexto da finança mundializada, assume um papel estrutural para a acumulação capitalista, é participe na produção de mais - valor e serve como mecanismo para contra-arrestar a queda da taxa de lucro.

Estudos de Behring (2010, 2012, 2019) apontam como o fundo público, além de ser a punção compulsória do Estado por meio de tributos, representa um *quantum* de recursos que, em última instância, é composto pelo trabalho do trabalhador, seja ele obtido pela mais-valia, na forma do lucro pago pelo capitalista na forma de impostos, seja pelo trabalho necessário, por meio dos salários dos trabalhadores, principalmente com a tributação indireta. A autora ainda destaca que o peso da arrecadação recai sobre o trabalho necessário, uma vez que, no Brasil, o regime tributário onera os mais pobres e privilegia os mais ricos. Em momentos de crise, esse cenário se agudiza, pois o Estado lança mão de reformas como as tributações regressivas e a renúncia fiscal para o empresariado, ao passo que sua destinação está comprometida com o fornecimento de crédito para gerir as crises dos países, bem como para o pagamento da dívida pública, por meio da qual o fundo público passa atuar na esfera financeira, remunerando o capital portador de juros e o capital fictício.

Autores como Carcanholo (2010, 2011, 2014), Chesnais (2005), Behring (2012, 2018), Fontes (2010), Paulo Netto e Braz (2006) chamam atenção para o atual momento do capitalismo, marcado pela predominância da financeirização do capital, no qual o capital busca valorizar-se por meio da circulação na esfera financeira. Como já demonstramos, esse capital-dinheiro acumulado passa a falsa impressão de criar mais dinheiro, mas o que ocorre, na verdade, é que parte desse capital é remunerado por juros deduzidos da mais-valia criada na produção (PAULO NETTO; BRAZ, 2006). A fração de capitalista (rentista) que vive sob esse tipo de ganho não se responsabiliza por investimentos na produção, mas succiona seus lucros por meio de juros de uma mais-valia global. Somado a isso, o crescimento exponencial do capital fictício, que, para Carcanholo (2010, 2011, 2014), é uma exacerbação do capital a juros, foi responsável pela última crise iniciada em 2007, cujos desdobramentos se fizeram sentir com a crise soberana das dívidas. Esse tipo de transação financeira cria uma hipertrofia na relação entre produção e apropriação do valor; por esse motivo, no capitalismo

contemporâneo, o orçamento do fundo público tende a ser direcionado cada vez mais para a reprodução do capital, remunerando o capital portador de juros e fictício na esfera da circulação.

Disso decorre que direitos sociais como saúde, previdência social e educação, entre outros, passam a assumir a lógica da industrialização, o que Mandel (1982) define por supercapitalização, ou seja, a mercantilização de todas as esferas da vida social. Ainda que haja uma predominância da financeirização, isso não significa uma sobreposição do capital fictício a outros capitais; ao contrário, como aponta Fontes (2010), há um entrelaçamento entre esses capitais, que pressionam de forma extraordinária a superexploração da força de trabalho para a efetivação de seus lucros. Sendo assim, é uma necessidade do capital, como forma de gerir a contratendência à queda tendencial da taxa de lucros, a apropriação dos recursos do fundo público, a fim de fazer com que as políticas sociais entrem no circuito de valorização do valor.

Pesquisas desenvolvidas a partir da grande crise do capitalismo de 2008, têm demonstrando as várias formas de o privado lucrar com a educação pública. As recomendações da Agenda 2030 apontam para um fortalecimento com o setor privado por meio de “parcerias eficazes”. A Declaração de Incheon, juntamente com a Agenda 2030, integra um conjunto de metas que pretendem conduzir ao desenvolvimento sustentável.

O debate sobre sustentabilidade conduzido pelos intelectuais orgânicos do capital reduz a discussão do tema à busca por uma condição harmônica entre economia, política e condições ecológicas. Nessa lógica, o meio ambiente não é considerado um produto histórico das relações sociais concretas. Surgem dessa discussão encontros e fóruns com representantes do capital, que, por meio de projetos, propugnam um apelo à responsabilização empresarial para com o desenvolvimento sustentável e a diminuição da pobreza, por meio da *conscientização ecológica*, projeto que teve na escola pública solo fértil para ser executado. Esse projeto tem por objetivo disseminar o pensamento da classe dominante, obscurecendo as múltiplas determinações que produzem a pobreza, o desmatamento e o uso predatório do meio ambiente.

De tempos em tempos, os intelectuais orgânicos do capital se preocupam em apresentar aparentes soluções, como forma de mitigar os problemas causado pela sociabilidade capitalista. Na década de 1950, a Teoria do Capital Humano, formulada por Schultz, alegava que as nações e/ou os indivíduos que investissem em educação teriam um retorno econômico maior, pois a mobilidade social, de forma progressiva e linear, estaria calcada na escolarização. Por essa razão, os países que almejassem o desenvolvimento deveriam aumentar seus investimentos em educação. A partir dessa concepção, justificam-se as reformas curriculares, que, em última instância, buscam atender às necessidades do capital formando a força de trabalho requerida pelo mercado.

A Agenda 2030 para a Educação é apresentada como universal, de modo a se

enquadrar em qualquer realidade do globo, mas, ao tratar da educação como propulsora para o desenvolvimento econômico, sinaliza que há países desenvolvidos e outros em desenvolvimento, os quais ainda não alcançaram um padrão educacional mínimo que possa auxiliar em seu crescimento. Segundo Carcanholo (2013, p. 193), essa noção de desenvolvimento “[...] é fruto de uma tradição positivista, com alguma influência moralista, que enxerga no curso da história a possibilidade de uma trajetória quase linear de uma situação ‘pior’ para outra ‘melhor’”. As diferenças entre o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo expressam o desenrolar de suas leis e tendências de forma dialética e contraditória, ou seja, para a expansão global do capital, é necessário que alguns países assumam a condição de economias dependentes. Assim sendo, a Agenda 2030 representa uma política educacional pensada para os países da periferia do sistema atenderem aos interesses dos países centrais.

Nesse sentido, a relação entre educação e desenvolvimento deve ser problematizada nos marcos do desenvolvimento capitalista, que produz a miséria e as desigualdades, mas necessita encontrar no campo teórico uma explicação para as diferenças na produção e apropriação da riqueza. Não por acaso, podemos perceber uma retomada da Teoria do Capital Humano nas orientações de Incheon (UNESCO, 2015).

As “parcerias eficazes” e as “partes interessadas” podem tomar para si a oferta das aprendizagens de que necessita o mercado de trabalho, ampliando a atuação do setor privado na formação da futura força de trabalho em parceria com o Estado, o qual é chamado a reconhecer formalmente esses conhecimentos.

A necessidade de “destravar todas as fontes potenciais e desbloquear o poder da educação” revela a tendência de fazer com que os gastos públicos com educação, por intermédio do Estado, tornem-se parte da acumulação capitalista.

As organizações da sociedade civil são incorporadas a esse nicho de múltiplas partes interessadas, sob a perspectiva de garantir a participação de todos. Não por acaso, o *Marco de Ação* propõe a presença ativa das OSCs em todos os processos de implementação da Agenda.

A dinâmica contemporânea de acumulação capitalista, marcada pelo predomínio do capital portador de juros e fictício, impõe a necessidade de reformas permanentes, expropriando direitos da classe trabalhadora. Como a saída para qualquer crise, no capitalismo, requer novos espaços de valorização do valor, a educação pública tem se tornado cada vez mais atraente para os investimentos do capital. Nesse processo, o Estado viabiliza as reformas necessárias para que o setor privado possa se estabelecer como provedor de “serviços educacionais” e assim permanecer como parte interessada que formula e regula o projeto educacional, colaborando para a manutenção da sociabilidade capitalista.

Mediante diversas estratégias, o capital lança mão do Estado burguês para que seus interesses particulares se revistam de caráter universal, e as políticas educacionais expressas na Agenda 2030 obscurecem o fenômeno real e concreto, que é a tentativa de recompor as

taxas de lucro por meio de mecanismos que permitam a punção do fundo público. Sendo assim, é necessário e urgente a organização da classe trabalhadora na luta pela superação dessa sociedade de classes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fundo Público. Agenda 2030. Estado.

## REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. *In: SALVADOR, E. et al. (org.). Financeirização, fundo público e política social.* São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.
- BEHRING, E. R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In: BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; LIMA, R. de L. de (org.). Marxismo, Política Social e Direitos.* São Paulo, SP: Cortez, 2018. p. 39-72.
- BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. (org.). Crise do Capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos, e a política social.* São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-65.
- BRETTAS, T. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. *In: SALVADOR, E. et al. (org.). Financeirização, fundo público e política social.* São Paulo: Cortez, 2012. p. 93-122.
- BRETTAS, T. A via “não clássica” do capital financeiro no Brasil. *Revista do Serviço Social*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 570-591, out./dez. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3HQJaNG>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020b.
- CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, ago. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3oHCI4k>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Aurora*, João Pessoa, n. 6, ano IV, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/35YNtIL>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3LvOt7K>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- CARCANHOLO, M. D. **O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência.** *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3oKkxuP>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- CARCANHOLO, M. D. Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI. *Argumentum*, Vitória, v. 6, n. 2, p. 6-24, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/34B7yVa>.

Acesso em: 12 fev. 2022.

CARCANHOLO, M. D. **Abertura externa e liberalização financeira**: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. 2002. 247 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3HVILdY>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CHESNAIS, F. Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, A. S. **A direita para o social**: A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação 2030 - Declaração de Incheon**: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Paris: Unesco, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3LuhkJq>. Acesso em: 12 fev. 2022.